Plano Diretor Municipal RIO BOM



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ ORLANDO PESSUTI Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO WILSON BLEY LIPSKI Secretário MARIO JOÃO FIGUEIREDO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
WILSON BLEY LIPSKI Superintendente
LUIZ EDUARDO MARQUES HALILA Diretor de Administração e Finanças
MIRYAN KRAVCHYCHYN Diretora de Operação
VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos
KAREN BARRETO CAMPÊLO Coordenadora de Operações
ALBARI ALVES DE MEDEIROS Coordenador ER Maringá
EDGARD VIRMOND ARRUDA FILHO Coordenador ER Ponta Grossa
GERALDO LUIZ FARIAS Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral
HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador ER Cascavel
UBIRAJARA CEBULSKI Coordenador ER Guarapuava
VALTER OGUIDO MORISHIGUE Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE Prefeito MAURO PINTO DE ANDRADE

SUPERVISÃO Serviço Social Autônomo PARANACIDADE Diretoria de Operações

Plano Diretor Municipal

RIO BOM PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/2008

REF.:

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2008



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

SUMÁRIO

| 1. | . PROJETOS E AÇÕES PREVISTOS NO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO: | S7 |
|----|--|-----|
| 2. | . INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇ | ÕES |
| Ρ | REVISTAS NO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS | 1 |
| | 2.1 ASPÉCTOS GERAIS | 1 |
| | 2.2 CARACTERÍSTICAS DOS INDICADORES | 2 |
| | 2.3 INDICADORES QUALIDADE DE VIDA: | 1 |
| | 2.4 INDICADORES INFRA ESTRUTURA: | 3 |
| | 2.5 INDICADORES DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO: | 6 |
| 3. | . ANÁLISE DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE RIO BOM DE - 2005 A 2015 | 1 |
| | 3.1 COMPORTAMENTO DAS RECEITAS - 2005 A 2009: | 1 |
| | 3.1.1 Receitas próprias arrecadadas | 1 |
| | 3.1.2Transferências Correntes Arrecadadas | 2 |
| | 3.1.3 Receita de Capital (somente operações de créditos contratadas) | 3 |
| | 3.1.4 Transferências de Capital Arrecadadas (Transferência de Convênios) | 3 |
| | 3.1.5 Arrecadação Total | 3 |
| | 3.2 COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2005 A 2009): | 4 |
| | 3.2.1 Despesa com investimentos realizados | 4 |
| | 3.3 COMPORTAMENTO DAS RECEITAS - 2011 A 2015: | 4 |
| | 3.3.1 Receitas Próprias a Arrecadar | 4 |
| | 3.3.2 Transferências Correntes a Arrecadar | 5 |
| | 3.3.3 Receitas de Capital a Arrecadar | 5 |
| | 3.3.4 Transferências Correntes e de Capital a Arrecadar | 6 |
| | 3.3.5 Arrecadação Total Prevista | 6 |
| | 3.4 COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2011 a 2015): | 6 |
| 1 | CAPACIDADE DE INVESTIMENTO | 7 |

APRESENTAÇÃO

O Plano de Ação indica os principais programas e ações que serão elaborados com base nas diretrizes e proposições definidas, se configurando como uma parte de extrema importância dentro do processo participativo da gestão municipal.

Ele viabiliza a articulação do Plano Diretor Municipal (PDM) a todo o processo de planejamento orçamentário municipal – PPA, LDO e LOA. Através dele, as políticas e diretrizes de desenvolvimento estabelecidas pelo PDM transformar-se-ão em ações concretas, orientações e procedimentos necessários para a transformação da realidade de Rio Bom.

Estas ações de investimentos são planejadas para os próximos cinco anos, e classificadas em ações a curto (até dois anos), médio (de dois a quatro anos), e longo (a partir de cinco anos) prazos, devendo ser reavaliadas daqui a cinco anos – prazo médio de validade do Plano.

À estas ações são atribuídos custos, compatíveis com a projeção orçamentária, analisando a futura capacidade de investimento e de endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido.

A definição dos projetos prioritários se deu através da discussão e definição das ações necessárias para implementação das diretrizes e proposições estabelecidas na Segunda Audiência Pública. Esta definição deu-se em dois momentos. Primeiramente, as diversas secretarias definiram internamente as suas necessidades com o grau de prioridade para cada departamento. Posteriormente, discutiu-se estas ações e programas juntamente com as diversas secretarias da Prefeitura Municipal e Comissão de Acompanhamento do PDM, a fim de se complementar as reivindicações de cada secretaria e ordenar todas as ações por grau de prioridade para o município.

Desta forma, as ações foram separadas pelas proposições trabalhadas durante o processo de elaboração do Plano Diretor, da seguinte forma:

- Ações e projetos prioritários voltados à implementação das proposições de Qualidade de Vida.
- Ações e projetos prioritários voltados à implementação das proposições de <u>Desenvolvimento da Infraestrutura.</u>
- 3. Ações e projetos prioritários voltados à implementação das proposições de Desenvolvimento Sócioeconômico;

Destaca-se, por fim, a importância do monitoramento e controle das ações planejadas neste produto, de forma a garantir sua implementação de maneira satisfatória. Para tanto, foram propostos ainda nesta fase, indicadores de avaliação de desempenho, que auxiliarão a administração pública a monitorar a implementação do Plano de Ação e Investimentos periodicamente.

1. PROJETOS E AÇÕES PREVISTOS NO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

(DAR OK NA LISTA DE ATIVIDADES, VALORES E DATAS DE INVESTIMENTOS)

| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | | | | | |
|----|---|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| A | ÇÕES VOLTADAS A QUALIDADE DE VIDA - SUBTEMA SAÚDE | ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 1 | Aquisição de equipamentos para a fisioterapia; | R\$ 50.000,00 | R\$ 10.000,00 |
| 2 | Aquisição de equipamentos hospitalar de urgência; | R\$ 40.000,00 | R\$ 8.000,00 |
| 3 | Aquisição de um veículo específico para o programa saúde da família; | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | | | | |
| 4 | Aquisição de um microônibus (tratamento especializado em outras cidades); | R\$ 30.000,00 (Contra partida) | | | | R\$ 30.000,00 | |
| 5 | Aquisição de computadores e impressoras para os programas da saúde; | R\$ 10.000,00 | | R\$ 10.000,00 | | | |
| 6 | Aquisição de móveis para a sala da secretaria da saúde; | R\$ 5.000,00 | | | R\$ 5.000,00 | | |
| 7 | Aquisição de bebedouros para a sala de recepção do centro de saúde; | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | | | | |
| 8 | Ampliação e reforma do PAM - Paraná Assistência Médica; | R\$ 20.000,00 (Contra partida) | R\$ 20.000,00 | | | | |
| 9 | Aquisição de autoclaves para o PAM; | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | | | | |
| 10 | Construção de sala para armazenamento dos resíduos sólidos provenientes do PAM; | R\$ 20.000,00 | R\$ 20.000,00 | | | | |
| 11 | Construção de uma sala exclusiva para o PAD - Programa de Atenção Domiciliária; | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.000,00 | | | | |
| 12 | Compra de equipamentos, computadores e capacitação da equipe de trabalho do PAD para o uso destes equipamentos; | R\$ 20.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$43.000,00 | R\$ 4.000,00 |
| 13 | Compra de mobiliário e equipamentos para estruturação das vigilâncias sanitária, ambiental e epidemiológica; | R\$ 30.000,00 | R\$ 6.000,00 | | R\$ 9.000,00 | R\$ 9.000,00 | R\$ 6.000,00 |
| 14 | Capacitação dos profissionais e funcionários de saúde; | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 15 | Contratação de técnico de enfermagem para o posto de saúde de Santo Antônio do Palmital; | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 16 | Reforma e ampliação do posto de saúde de Santo A. do Palmital; | R\$ 60.000,00 | | | | R\$ 60.000,00 | |
| 17 | Compra de equipamentos e mobiliário para o Posto de Saúde de Santo A. do Palmital; | R\$ 30.000,00 | | | | R\$ 30.000,00 | |
| 18 | Aquisição de veículo para o Posto de Saúde de Santo A. do Palmital; | R\$ 30.000,00 | | | | | R\$ 30.000,00 |
| 19 | Aquisição de academias da terceira idade; | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | | | | |
| 20 | Criar e manter o Conselho do Idoso; | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 21 | Integrar programas de saúde, assistência social e educação; | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 22 | Separação das equipes da área urbana e da área rural - Programa Saúde da Família. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |

| 23 | Contratação de um profissional farmacêutico | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
|----|--|-----------------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| 24 | Contratação de profissional de pediatria | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 25 | Contratação de auxiliares de limpeza | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 457.000,00 | R\$ 175.000,00 | R\$ 32.000,00 | R\$ 36.000,00 | R\$ 151.000,00 | R\$ 63.000,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| A | ÇÕES VOLTADAS A QUALIDADE DE VIDA - SUBTEMA ESPORTE | ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 26 | Construção de uma Sede destinada a Secretaria de Esportes; | R\$ 20.000,00 | | | | R\$ 20.000,00 | |
| 27 | Aquisição de material esportivo para práticas esportivas nas escolas e na comunidade; | Ação Administ. | | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 28 | Compra de mobiliário e computadores para Secretaria de Esportes. | R\$ 10.000,00 | | | | R\$ 10.000,00 | |
| 29 | Capacitação dos profissionais de educação física. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 30 | Criação de uma comissão de esportes que auxilia na organização de eventos esportivos; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 31 | Garantir a continuidade de programas municipais, esportivos, culturais e de saúde voltados à terceira idade. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 32 | Formalizar e implementar a escola municipal de futebol. | Ação Administ. | | | | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 33 | Contratação de profissionais nas áreas de esportes coletivos (handebol, voleibol, basquetebol e futsal), | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 30.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 0,00 |
| • | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| A | ÇÕES VOLTADAS A QUALIDADE DE VIDA - SUBTEMA CULTURA | ESTIMADO | | | | | |
| 34 | Construção do Centro de Eventos e compra de mobiliário; | R\$ 50.000,00 (Contra partida) | | | | | R\$ 30.000,00 |
| 35 | Construção do Parque de Exposições; | R\$ 30.000,00 (Contra partida) | | | | | R\$ 30.000,00 |
| 36 | Compra de instrumentos musicais e uniformes para a Banda Marcial Municipal; | R\$ 50.000,00 | | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 |
| 37 | Incentivar a organização dos artesãos municipais em cooperativas; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 38 | Incentivar as artes cênicas do município; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 39 | Incentivar os costumes e tradições populares do município. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 130.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 |
| A | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS ÇÕES VOLTADAS A QUALIDADE DE VIDA - SUBTEMA GESTÃO PARTICIPATIVA | CUSTO TOTAL ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 40 | Capacitação dos membros dos Conselhos Municipais; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |

| 41 | Atualização constante do endereço virtual da Prefeitura Municipal e divulgação on-line da execução orçamentária do município; | Ação Administ. | Ação Adm. |
|----|---|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 42 | Assegurar recursos no orçamento público (LDO, PPA, e outros) para realização das Conferências Municipais; | Ação Administ. | Ação Adm. |
| | Destinar recursos para a manutenção dos Conselhos Municipais | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 43 | Criar mecanismos para elaboração do Orçamento Participativo; | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 44 | Instituir e divulgar audiências públicas. | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 45 | Promover eventos nas escolas municipais e estaduais (palestras e debates) que contemplem conteúdos que estimulem a participação popular. | Ação Administ. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS AÇÕES VOLTADAS A INFRAESTRUTURA - SUBTEMA SISTEMA VIÁRIO | CUSTO TOTAL ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 46 | Aquisição de equipamentos e veículo para a Secretaria de Obras, Viação e Serviços; | R\$ 100.000,00 | R\$ 17.500,00 | R\$ 17.500,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 17.500,00 | R\$ 17.500,00 |
| 47 | Implantação de galerias pluviais, calçamento e pavimentação; | R\$ 150.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | | |
| 48 | Reforma do meio fio nas vias, incluindo as de Santo A. do Palmital; | R\$ 50.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | | | |
| 49 | Realizar revestimento primário nas estradas principais e secundárias; | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 200.000,00 |
| 50 | Incentivar a construção de calçadas ecológicas. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 51 | Implantação de paisagismo nas avenidas principais. | Ação Administ. | Ação Adm. |
| 52 | Abertura e conservação de carreadores em parceria com os proprietários. | Ação Administ. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 1.300.000,00 | R\$ 292.500,00 | R\$ 292.500,00 | R\$ 280.000,00 | R\$ 217.500,00 | R\$ 217.500,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| AÇ | ÕES VOLTADAS A INFRAESTRUTURA - SUBTEMA TRANSPORTE | ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2010 | 2014 | 2010 |
| 53 | Construção do Terminal Rodoviário municipal; | R\$ 40.000,00 (Contra partida) | R\$ 40.000,00 | | | | |
| 54 | Gestionar junto às companhias de viação uma readequação dos horários para o transporte intermunicipal, de forma a melhor atender aos moradores do município de Rio Bom; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 55 | Implementar o transporte coletivo intermunicipal. | Ação Administ. | | | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | ~ | R\$ 40.000,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |

| ΑÇ | ÕES VOLTADAS A INFRAESTRUTURA - SUBTEMA HABITAÇÃO | ESTIMADO | | | | | |
|-------|---|-------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| 56 | Realização do Plano de Habitação de Interesse Social. | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | | | | |
| 57 | Buscar nas esferas competentes, viabilizar o Programa Minha Casa, Minha Vida; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 58 | Estimular o sistema de mutirão no processo de construção de moradias; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 59 | | | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 60 | Promover maior divulgação dos programas de habitação destinadas às áreas urbana e rural, bem como, firmar parcerias junto ao Governo Federal e Estadual para programas habitacionais alternativos à | | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 61 | Manter e implementar o Programa Nossa Casa. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| AÇÕE | S VOLTADAS A INFRAESTRUTURA - SUBTEMA LIMPEZA PÚBLICA | ESTIMADO | | | | | |
| 62 | Criar e implantar cooperativa de coleta seletiva de lixo, capacitando os profissionais e disponibilizando equipamentos; | R\$ 100.000,00 | | | R\$ 35.000,00 | R\$ 32.500,00 | R\$ 32.500,00 |
| 63 | Promover programas de educação ambiental a fim de viabilizar alternativas de reciclagem do lixo e tratamento adequado de esgotos domésticos. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 100.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 35.000,00 | R\$ 32.500,00 | R\$ 32.500,00 |
| AÇ | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS ÕES VOLTADAS A INFRAESTRUTURA - SUBTEMA ILUMINAÇÃO | CUSTO TOTAL ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 64 | Rebaixamento das luminárias nas vias públicas e troca de lâmpadas. | R\$ 60.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 |
| | SUB-TOTAL | R\$ 60.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| AÇÕES | VOLTADAS A INFRAESTRUTURA - SUBTEMA ESPAÇOS PÚBLICOS | ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 65 | Construção da garagem municipal; | R\$ 100.000,00 | | R\$ 100.000,00 | | | |
| 66 | Reforma do Centro Social Urbano; | R\$ 60.000,00 | | | | | R\$ 60.000,00 |
| 67 | Construção de barracões industriais para cessão às empresas em forma de comodato; | R\$ 500.000,00 | | R\$ 250.000,00 | R\$ 250.000,00 | | |
| 68 | Construção de uma Capela Mortuária | R\$ 150.000,00 | R\$ 150.000,00 | | | | |
| | SUB-TOTAL | R\$ 810.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 350.000,00 | R\$250.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 60.000,00 |

| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|------|---|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| AÇÕI | ES VOLTADAS A INFRAESTRUTURA - SUBTEMA MEIO AMBIENTE | ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 69 | Construção de sala para o funcionamento da Secretaria da Agricultura, Agropecuária e do Meio Ambiente; | R\$ 20.000,00 | | R\$ 20.000,00 | | | |
| 70 | Construção de pista de para pedestres e ciclovia no Parque Ecológico; | R\$ 150.000,00 | | | | R\$ 150.000,00 | |
| 71 | Construção de composteiras ou leiras e compra de equipamentos (pás, carriolas e similares) para o Projeto de Compostagem dos resíduos sólidos orgânicos; | R\$ 70.000,00 | R\$ 70.000,00 | | | | |
| 72 | Implementar o aterro sanitário no Município de Rio Bom de acordo com as normas ambientais pertinentes; | R\$ 150.000,00 | | | R\$ 150.000,00 | | |
| 73 | Gestionar junto ao IAP e/ou ´órgão competente a fiscalização da destinação dos dejetos provenientes de estabelecimentos potencialmente poluentes, como a Lavanderia de Jeans e o Posto de Gasolina; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 74 | Realizar um Plano de Saneamento ambiental e ainda: criar um programa de erradicação das fossas negras; fiscalizar as ligações irregulares de esgoto na rede de água pluvial; coibir o uso de produtos químicos ou atividades incômodas que venham a produzir efeitos negativos nas propriedades vizinhas, bem como nas áreas urbanas, e promover uso racional de agrotóxicos, de modo geral | R\$ 40.000,00. | | | | | R\$ 40.000,00. |
| 75 | Criação do Conselho do Meio Ambiente; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 76 | Gestionar junto ao governo federal a viabilidade de subsídio aos pequenos proprietários pela manutenção de APP's e reserva legal; | Ação Administ. | | | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 77 | Gestionar junto ao Estado a fiscalização da reserva obrigatória de proteção de minas e mananciais na zona rural; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 78 | Desenvolver programas específicos para as propriedades de até 50 hectares a fim de viabilizar a exploração econômica da Reserva Florestal Legal nos termos que são permitidos para estas através do Art. 16° do Decreto Estadual n° 387/99. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 79 | Demarcar as áreas remanescentes de mata nativa para viabilizar o recebimento do ICMS ecológico para o município; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 80 | Manter a produção de mudas no viveiro municipal visando à recuperação da mata ciliar, reservas obrigatórias e complementação da arborização urbana; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 81 | Implantar a Secretaria de Agricultura, Agropecuária e do Meio Ambiente (que atualmente só funciona como Secretaria de Agricultura). | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |

| 82 | Contratação de um profissional responsável pelo meio ambiente (agrônomo ou técnico agrícola). | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
|----|---|-----------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| 83 | Determinar a substituição progressiva de fossas negras por fossas sépticas, e a longo prazo implantar a rede de esgoto no município. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$430.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 40.000,00. |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | | | | | |
| AÇ | ĎES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO - SUBTEMA ÁREA RURAL | ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 84 | Aquisição de dois caminhões basculantes; | R\$ 60.000,00 (Contra partida) | | | | | R\$ 60.000,00 |
| 85 | Aquisição de um rolo compactador; | R\$ 15.000,00 (Contra partida) | R\$ 15.000,00 | | | | |
| 86 | Aquisição de um trator esteira; | R\$ 60.000,00 (Contra partida) | | | R\$ 60.000,00 | | |
| 87 | Aquisição de uma retro escavadeira; | R\$ 40.000,00 (Contra partida) | | R\$ 40.000,00 | | | |
| 88 | Aquisição de uma patrola; | R\$ 85.000,00 (Contra partida) | | | | R\$ 85.000,00 | |
| 89 | Aquisição de veículos coletivos; | R\$ 40.000,00 (Contra partida) | | | | | R\$ 40.000,00 |
| 90 | Incentivar a Psicultura e Apicultura utilizando os espaços de reservas legal e obrigatória como forma de ampliar as oportunidades aos pequenos produtores; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 91 | Fomentar e assessorar o associativismo e cooperativismo a fim de viabilizar a autonomia e suficiência das pequenas e médias propriedades; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 92 | Incentivar a instalação de indústrias, utilizando matéria prima local; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 93 | Garantir aos produtores rurais, principalmente ao pequeno agricultor, o suporte técnico, infraestrutura e alguns serviços necessários para melhorar a renda na atividade em que desenvolve (ex.: apoio com relação à terraplanagem, construção de silo, aquisição de maquinário para empréstimo); | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 94 | Incentivar a diversificação da produção agropecuária, priorizando atividades geradoras de empregos e de baixo impacto ambiental; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 95 | Incentivar e capacitar os agricultores a comercializarem sua produção, através de iniciativas como o apoio para realização de feiras, priorizando a comercialização dos produtos locais; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |

| 96 | Promover maior divulgação dos programas de habitação alocados à área rural; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
|------|---|-------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 97 | Realizar um estudo junto ao SEBRAE para diagnosticar ramos estratégicos para investimentos em especialização de mão-de-obra no município; | | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 98 | Continuar a realização de cursos de capacitação de jovens com o SENAR – serviço nacional de aprendizagem rural; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 99 | Buscar parcerias com órgãos regionais, estaduais e/ou federais, bem como instituições de ensino superior para qualificação e capacitação dos trabalhadores de todos os setores; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 100 | Ampliar a oferta de programas sociais voltados para a geração de renda e formação profissional (ex.: criar Programa Municipal de Incentivo ao primeiro emprego). | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 300.000,00 | R\$ 15.000,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 85.000,00 | R\$100.000,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | , | | | | | |
| AÇÕE | S VOLTADAS AO DESENVOLV. SÓCIOECONÔMICO - SUBTEMA COMÉRCIO E INDÚSTRIA | CUSTO TOTAL ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 101 | Aquisição de máquinas industriais para confecção para grupo de confecção já existente, capacitado e com local para trabalho existente; | R\$ 40.000,00 | | | R\$ 40.000,00 | | |
| 102 | Incentivar a criação da Associação Comercial; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | | | |
| 103 | Fomentar a articulação entre os setores: agricultura, comércio e indústria do município, com o intuito de potencializar a economia local. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 104 | Criação de um programa de incentivos para as instalações de indústrias que utilizem matérias primas produzidas no município. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 40.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUSTO TOTAL | | | | | |
| AÇÕ | AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO - SUBTEMA EDUCAÇÃO | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 105 | Construção de salas de aula na Escola Municipal Monteiro Lobato, bem como refeitório e auditório; | R\$ 250.000,00 | R\$ 250.000,00 | | | | |
| | Aquisição de equipamentos e mobiliário para a Escola Municipal | R\$ 100.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 20.000,00 |

| | | | | | 1 | | 1 |
|-----|--|-----------------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 107 | Reforma da quadra de esportes da Escola Municipal Monteiro Lobato; | R\$ 50.000,00 | | | R\$ 50.000,00 | | |
| 108 | Aquisição de equipamentos para o Centro de Educação Infantil Joao Paulo II, de acordo com as normas do MEC; - especifique quais os equipamentos – se é computador, mobiliário ou brinquedos educativos | R\$ 60.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.000,00 |
| 109 | Contratação de professor para atender à demanda por aulas de alfabetização; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 110 | Construção da Casa da Cultura; | R\$ 16.000,00 (Contra partida) | | | | R\$ 16.000,00 | |
| 111 | Capacitação dos profissionais da educação; | R\$ 20.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 |
| 112 | Erradicar o analfabetismo, através da divulgação e estímulo dos cursos de educação de jovens e adultos existentes. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 113 | Ampliar a jornada escolar (implementar sistema integral de ensino). | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 114 | Implantação de Programa de Informatização de crianças. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 496.000,00 | R\$ 286.000,00 | R\$ 36.000,00 | R\$86.000,00 | R\$ 52.000,00 | R\$36.000,00 |
| | AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS | CUCTO TOTAL | | | | | |
| AÇÕ | ES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO - SUBTEMA ASSISTÊN. SOCIAL | CUSTO TOTAL ESTIMADO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 115 | Construção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; | R\$ 50.000,00 (Contra partida) | R\$ 50.000,00 | | | | |
| 116 | Contratação de assistente adiministrativo para o CRAS; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 117 | Contratação de assistente social para o CRAS; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 118 | Contratação de pscicólogo para o CRAS; | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 119 | Aquisição de veiculo para o CRAS; | R\$ 30.000,00 | | | | R\$ 30.000,00 | |
| 120 | Aquisição de mobiliários e equipamentos para o CRAS; | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | | | | |
| 121 | Construção de sala para a Secretaria de Assistência Social; | R\$ 15.000,00 | | R\$ 15.000,00 | | | |
| 122 | Capacitação dos profissionais da Assistência Social; | R\$ 20.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 |
| 123 | Aquisição de equipamentos e mobiliários - Projeto Pequeno Cidadão; | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | | | | |
| 124 | Aquisição de equipamentos para a Escola Municipal de Informática; | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | | | | |
| 125 | Construção de sala para o Conselho Tutelar e aquisição de equipamentos, mobiliários e carro; | R\$ 70.000,00 | | R\$ 35.000,00 | | | R\$ 35.000,00 |

| 126 | Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Secretaria Executiva dos Conselhos; | R\$ 20.000,00 | | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | | |
|-----|--|-----------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 127 | Assegurar a Subvenção Social às Entidades de Assistência Social. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 128 | Assegurar o cumprimento dos Programas e Projetos garantidos em Lei. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 129 | Criar o Programa Bolsa Família Municipal. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 130 | Criar Programa Municipal de Incentivo ao primeiro emprego. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| 131 | Criar um sistema de monitoramento e avaliação da Assistência Social. | Ação Administ. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. | Ação Adm. |
| | SUB-TOTAL | R\$ 355.000,00 | R\$ 204.000,00 | R\$ 64.000,00 | R\$ 14.000,00 | R\$ 34.000,00 | R\$ 39.000,00 |
| | TOTAL DE INVESTIMENTO | R\$4.705.000,00 | R\$1.256.700,00 | R\$900.600,00 | R\$936.400,00 | R\$782.000,00 | R\$830.000,00 |

2. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

(DAR OK NOS INDICADORES).

2.1 ASPECTOS GERAIS

Para que se possa avaliar os resultados de desempenho no processo de planejamento e gestão municipal, são necessárias, além de informações qualitativas, informações quantitativas, que expressem em números os resultados das ações do governo municipal. Essas informações são chamadas indicadores, e têm um papel importante no planejamento e avaliação das ações de governo.

Primeiramente, é importante esclarecer o que vem a ser um indicador e de que maneira este instrumento pode colaborar para a efetividade das intervenções propostas no Plano Diretor Municipal.

Indicadores e índices são números que buscam representar um determinado aspecto da realidade, ou uma relação entre vários aspectos. Adotando-se técnicas para ponderação dos valores, pode-se criar índices que sintetizem um conjunto de aspectos da realidade e representem conceitos mais abstratos e complexos como qualidade de vida, grau de desenvolvimento humano de uma comunidade ou, ainda, nível de desempenho de uma gestão.

Desta maneira, indicadores são instrumentos essenciais para guiar e subsidiar o acompanhamento e a avaliação de um processo de gestão urbana e ambiental sustentável. Permite medir as conseqüências e resultados da atuação da sociedade e da Administração Pública em iniciativas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

São, pois, ferramentas para controle e verificação de eficiência e eficácia na administração pública, por permitirem comparar situações entre períodos diferentes de gestão municipal. De certa forma, podem ser vistos como fotografias de um mesmo Município tiradas em períodos diferentes para observar as modificações ocorridas ao longo da implementação dos programas e das políticas públicas.

Os indicadores podem ser simples ou compostos. Os indicadores simples normalmente são auto-explicativos: descrevem um determinado aspecto da realidade (número de leitos hospitalares implantados, por exemplo) ou apresentam uma relação entre situações ou ações (como a relação entre o número de matrículas no 2º grau sobre número de matrículas no 1º grau). São excelentes para realizar avaliações setoriais e para a avaliação de cumprimento de pontos do programa de governo, permitindo conclusões rápidas e objetivas.

Indicadores compostos são aqueles que apresentam de forma sintética um conjunto de aspectos da realidade. Estes indicadores agrupam, em um único número,

vários indicadores simples, estabelecendo algum tipo de média entre eles. Para isso, é preciso definir uma forma de ponderação, ou seja, dizer que os indicadores terão importância diferenciada ("peso") para a determinação do resultado final. Para a avaliação da gestão, indicadores compostos são importantes porque permitem fazer comparações globais da situação do Município e do desempenho da gestão.

O padrão de medida ou unidade de medida dos indicadores é representado pelo índice. Para que possa ser comparado com outros Municípios e com outros períodos, é preciso que as informações que compõem o índice estejam disponíveis para outros Municípios e períodos. Sem possibilidade de comparação, não há utilidade alguma para um índice.

2.2 CARACTERÍSTICAS DOS INDICADORES

As características fundamentais de um indicador são:

- a) Ser representativo;
- b) **Ser de fácil entendimento**: A facilidade para que qualquer um tire suas conclusões a partir de um indicador é fundamental para a sua utilidade;
- c) **Ser testado em campo:** Um indicador não tem valor até que prove que realmente funciona:
- d) Ser econômico: devem ser calculados de forma fácil e rápida;
- e) **Ser disponível a tempo:** Dados atrasados não representam mais a situação atual. Devem estar disponíveis antes que a situação mude;
- f) Ser compatível: Ser compatível com os métodos de coleta disponíveis.

Metodologicamente, sugere-se que os Indicadores sejam assim criados:

- Nome do indicador: escolher um nome que melhor represente o indicador;
- Especificação: Definição do indicador;
- Forma de Apuração: Fatores intervenientes nas medições e suas relações (o que é considerado como numerador e o que é considerado no denominador. Como o índice será calculado);
- Representação: Unidade de medida do indicador

Neste sentido, para a determinação dos indicadores, levou-se em conta a possibilidade de se obter dados confiáveis para apurá-los e sua capacidade de fornecer informações realmente relevantes.

Os indicadores são apresentados por meio de tabelas, referentes eixos de intervenção propostos pelo Plano Diretor Municipal. O objetivo geral destes indicadores

é, pois, avaliar o desempenho do Poder Público Local no que diz respeito à implementação das ações planejadas neste produto.

2.3 INDICADORES QUALIDADE DE VIDA:

| Indicador | Objetivo | Abrangânaia | Forma de Apuração | UN | Meta | | |
|---|--|-------------|---|--------------|-------|---|--|
| indicador | Objetivo | Abrangência | Forma de Apuração | UN | Ano | Desejado | |
| Oferta de cursos de capacitação para profissionais das áreas da saúde e esporte | Avaliar a constância na oferta de cursos ofertados a estes profissionais | Município | Nº de cursos profissionalizantes ofertados aos profissionais por ano. | % | Anual | 01 curso de longa duração e 02 cursos de curta duração | |
| Taxa de equipamentos públicos de lazer (parques, playgrounds, praças, centro cultural, canchas esportivas, etc) | Avaliar a evolução da oferta de equipamentos públicos de lazer à população | Município | Metros quadrados de equipamentos públicos ofertados no Município dividido pelo número total de munícipes. Equipamentos (m²). Nº total de munícipes | % | 2015 | Mínimo de 12 m² / habitante | |
| Atendimento de saúde (nível básico) | Avaliar a oferta de serviços básicos de saúde através do número de consultas anuais por habitante | Município | Número de consultas dividido pelo número total da população | - | Anual | - | |
| Atendimento de saúde (terceira idade) | Avaliar a oferta de serviços de saúde voltados a terceira idade através do número de consultas anuais por habitante | Município | Número de consultas dividido pelo número total da população | - | Anual | - | |
| Profissional de saúde | Avaliar a oferta de profissionais de saúde no Município | Município | Número de profissionais de saúde do Município dividido pelo número total de habitantes Nº Prof saúde Nº total habitantes | Prof/ hab | Anual | - | |
| Taxa de praticantes desportivos | Avaliar a abrangência dos programas esportivos da rede pública | Município | Número de praticantes de esportes nos programas da rede pública, multiplicado por 100 e dividido pelo número total de munícipes. Praticantes x 100 Nº total de munícipes | % | Anual | 5% | |
| Programas de esporte e lazer voltados a terceira idade | Avaliar a oferta de programas municipais de saúde e esporte voltados a terceira idade através do número de pessoas atendidas | Município | Número de pessoas atendidas, multiplicado por 100 e dividido pelo número total de munícipes com 60 anos ou mais. Praticantes x 100 Nº total de munícipes | % | Anual | 40% | |

| Indicador | Objetivo | Abrangência | Forma de Apuração | UN | | Meta |
|---|--|-------------------------------------|--|----|--------|--|
| indicador | Objetivo | Abrangencia | Forma de Apuração | UN | Ano | Desejado |
| Periodicidade dos treinamentos técnicos para servidores municipais. | Avaliar a periodicidade dos treinamentos técnicos para servidores municipais | Município | Número de treinamentos promovidos anualmente pelo executivo tendo como público alvo os servidores públicos municipais. | - | Anual | Mínimo de 02 |
| Equilíbrio Fiscal municipal | Avaliar a taxa de inadimplência na arrecadação tributária | Zona urbana | Número de inadimplentes tributários multiplicado por 100 e dividido pelo número de contribuintes municipal N°. de inadimplentes x 100 N°. de contribuintes | % | Anual | 0% |
| Taxa de aumento de instalação de equipamentos de informática nos setores da administração municipal. | Mensurar o nível da estrutura administrativa quanto a modernização administrativa por meio da instalação de equipamentos de informatização | Setores Públicos/Zona Urbana. | Número de computadores adquiridos multiplicado por 100 e dividido pelo número de setores da administração municipal Nº. de computadores x 100 Nº. de setores administrativos | % | Anual | 100% |
| Nível de operacionalidade do Sistema de Informação Municipal | Avaliar o nível de organização, estruturação, e a qualidade dos serviços e o efetivo acesso da população ás informações municipais. | Município | Número de pessoas com acesso as informações municipais multiplicado por 100 e dividido pelo número total de habitantes Nº. de consultas ao SIM x 100 Nº. total de habitantes | % | Mensal | 100% |
| Periodicidade das reuniões do Comitê Gestor | Avaliar a periodicidade das reuniões do Comitê Gestor municipal | Município | Número de reuniões realizadas no período de um ano pelo Comitê Gestor | - | anual | 12 |
| Participação Popular | Avaliar a participação efetiva da população nos processos decisórios | Município | Numero de cidadãos presentes em eventos decisórios (audiências, fóruns, debates, etc), divididos pelo número total de eventos realizados anualmente Nº de cidadãos presentes Nº total de eventos | - | anual | Mínimo de 2% da população residente no ano do cálculo (por evento) |

2.4 INDICADORES INFRA ESTRUTURA:

| Indicador | Objetivo | Abrangência | Forma de Apuração | UN | | Meta |
|---|---|--------------------------|--|----|-------|---|
| Illuicadoi | Objetivo | Abrangencia | • • | ON | Ano | Desejado |
| Taxa de Arborização de vias | Avaliar a evolução do quadro de arborização urbana municipal | Área Urbana municipal | Inithlicas | | 2015 | 0,07 (1 árvore a cada 15m, aproximadament e) |
| Calçadas ecológicas | Preservar o meio ambiente em áreas urbanas, além de melhorar a qualidade de vida da população, o projeto deverá prever obras de impermeabilização das calçadas. | Área Urbana municipal | metragem de calçadas ecológicas implantadas na área urbana multiplicado por 100 e dividido pela metragem total de calçadas na área urbana. Calçadas ecológicas x 100 Total de Calçadas | % | 2015 | 70% |
| Taxa de equipamentos públicos de lazer (parques, playgrounds, praças, centro cultural, canchas esportivas, etc) | Avaliar a evolução da oferta de equipamentos públicos de lazer à população | Município | Metros quadrados de equipamentos públicos ofertados no Município dividido pelo número total de munícipes. Equipamentos (m²). Nº total de munícipes | % | 2015 | Mínimo de 12 m² / habitante |
| Áreas de mata nativa com recebimento de ICMS ecológico | Avaliar a evolução da criação de áreas com recebimento de ICMS ecológico no Município ano a ano. | Área Rural | Numero de áreas com mata nativa recebendo ICMS ecológico nas propriedades do Município/Ano. | Un | Anual | |
| Fossa Séptica | Verificar a implantação efetiva das fossas sépticas, acompanhadas de filtros anaeróbios, nos lotes urbanos. | Município | Nº de habitações com fossa séptica por 100 e dividido pelo nº total de habitações. Habitações com fossa x 100 Total de Habitações | % | 2015 | 100% |
| Ligações irregulares de esgoto | Verificar o percentual de edificações com ligações irregulares de esgoto em relação ao total de edificações | Município | Nº de edificações com ligação irregular de esgoto por 100 e dividido pelo nº total de habitações. Habi. com ligação irregular esgoto x 100 Total de Habitações | % | 2015 | 0% |

| Indicador | Objetivo | Abrangência | Forma de Apuração | UN | Meta | | |
|---|--|--------------------------|--|----|------|----------|--|
| iliuicauoi | Objetivo | Abrangencia | Forma de Apuração | UN | Ano | Desejado | |
| Tratamento de esgoto em estabelecimentos potencialmente poluentes | Verificar o percentual de edificações potencialmente poluentes com tratamento de esgotos | Município | N° de edificações potencialmente poluentes com tratamento de esgoto multiplicadas por 100 e dividido pelo nº total de habitações. edificações potencialmente poluentes com tratamento de esgoto x 100 Total de Habitações | | 2015 | 100% | |
| Cobertura de Mata Ciliar | Avaliar a manutenção e a conservação das áreas cobertas por vegetação ao | Municínio | Área com cobertura vegetal ao longo do curso d'água multiplicada por 100 e dividida pela extensão do curso d'água multiplicado por 60 (área mínima de preservação permanente obrigatória por lei) <u>Área vegetada do curso d'água x 100</u> Comprimento curso d'água x 60 | % | 2015 | 80% | |
| | longo das nascentes e cursos d'água municipais. | Município | Área com cobertura vegetal junto da nascente do curso d'água multiplicada por 100 e dividida por 7.854m² (área da circunferência de raio = 50m que corresponde à área mínima de preservação permanente obrigatória por lei) <u>Área vegetada da nascente x 100</u> 7.854 | % | 2015 | 80% | |
| Taxa de abastecimento de água | Avaliar a evolução do percentual de domicílios atendidos por sistema de abastecimento de água | Área Urbana municipal | Número de domicílios atendidos por sistema de abastecimento de água, multiplicados por 100 e divididos pelo número total de domicílios urbanos municipais. Nº domicílios abastecidos x 100 Nº total de domicílios | % | 2015 | 100% | |
| Percentual de vias atendidas por iluminação pública | Avaliar o atendimento da rede de iluminação pública nas vias urbanas municipais. | Área Urbana municipal | Dimensão linear de ruas atendidas pela rede de iluminação Pública, em metros, multiplicado por 100 e divididos pela dimensão total de ruas municipais existentes. Ruas Atendidas (metros) x 100 Ruas Total (metros) | % | 2015 | 100% | |

| Indicador | Objetivo | Abrongânoio | Forma de Apuração | UN | | Meta |
|---|--|--------------------------|---|----|------|----------|
| indicador | Objetivo | Abrangência | Forma de Apuração | UN | Ano | Desejado |
| Coleta Resíduos Sólidos Urbanos | Avaliar a quantidade de habitações atendidas pela coleta de resíduos sólidos na área urbana. | Área Urbana municipal | Unidades habitacionais atendidas pela coleta de resíduos sólidos na área urbana multiplicado por 100 e dividido pelo número total de unidades habitacionais da área urbana. <u>Unidades Atendidas x 100</u> Total de Unidades | % | 2015 | 100% |
| Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos | Avaliar a quantidade de habitações atendidas pelo programa de reciclagem de lixo. | Área Urbana municipal | Unidades habitacionais atendidas pelo Programa de Coleta Seletiva Municipal multiplicado por 100 e dividido pelo número total de unidades habitacionais da área urbana. <u>Unidades Atendidas x 100</u> Total de Unidades | % | 2015 | 100% |
| Taxa de estradas vicinais adequadas | Avaliar a evolução da adequação e manutenção das estradas municipais | Município | Extensão em Km de estradas vicinais adequadas multiplicada por 100 e dividida pela extensão total em Km das estradas vicinais municipais existentes. Estradas Adequadas (Km) x 100 Total de estradas (Km) | % | 2015 | 100% |
| Taxa de vias urbanas pavimentadas | Avaliar a evolução da pavimentação e manutenção das vias urbanas municipais | Área Urbana municipal | Extensão em Km de vias urbanas pavimentadas multiplicada por 100 e dividida pela extensão total em Km das vias urbanas municipais existentes. Vias pavimentadas (Km) x 100 Total de vias (Km) | % | 2015 | 100% |
| Taxa de ruas drenadas | Avaliar a evolução da implantação do sistema de drenagem urbana | Área Urbana municipal | Extensão de ruas drenadas em Km, multiplicado por 100 e dividido pela extensão total das ruas urbanas existentes. Ruas drenadas (Km) x 100 Total de ruas urbanas (Km) | % | 2015 | 100% |
| Taxa de passeio público com calçamento | Avaliar a evolução da pavimentação, adequação e manutenção das calçadas urbanas | Área Urbana municipal | Extensão em Km de passeios públicos pavimentados, multiplicada por 100 e dividida pela extensão total em Km dos passeios públicos municipais existentes. Calçadas pavimentadas (Km) x 100 Total de calçadas (Km) | % | 2015 | 100% |

| Ī | Indicador | Objetivo | Abrangência | Forma do Anuração | Forma de Apuração UN | | | | |
|-----------|-------------------------------------|--|-------------------|---|----------------------|----------|-----|--|--|
| indicador | Objetivo | Abrangencia | Forma de Apuração | 5 | Ano | Desejado | | | |
| | Taxa de atendimento à moradia | Avaliar o quadro de atendimento à moradia digna no Município | Município | Número de famílias sem moradia digna multiplicado por 100 e dividido pelo nº total de famílias que residem no Município. <u>Déficit habitacional x 100</u> Nº total de famílias | % | 2015 | 80% | | |

2.5 INDICADORES DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO:

| Indicador | Objetive | Abrongônoio | Forma da Anuração | UN | | Meta | |
|---|--|-------------|---|----|-------|---|--|
| indicador | Objetivo | Abrangência | Forma de Apuração | UN | Ano | Desejado | |
| Número de domicílios atendidos pelo Programa Saúde da Família | Avaliar a evolução do número de domicílios atendidos pelo Programa Saúde da Família no município | Municipio | Número de domicílios atendidos pelo Programa Saúde da Família, multiplicados por 100 e divididos pelo número total de domicílios municipais. Nº domicílios atendidos x 100 Nº total de domicílios | % | 2015 | 100% | |
| Oferta de cursos profissionalizante s | Avaliar a constância na oferta de cursos profissionalizantes no Município | Município | Nº de cursos profissionalizantes ofertados no Município por ano. | % | Anual | 01 curso de longa duração e 02 cursos de curta duração | |
| Taxa de analfabetismo | Avaliar a redução do número de analfabetos no Município | Município | Nº de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas 7, multiplicado por 100 e dividido pelo nº total de cidadãos com 15 anos ou mai Nº analfabetos x 100 Nº total cidadãos com 15 anos ou mais. | | 2015 | 0% | |
| Taxa bruta de freqüência escolar | Avaliar a evolução da freqüência escolar municipal | Município | Somatório de pessoas que freqüentam a escola, independente da idade ou grau escolar, multiplicado por 100 e dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos. Nº estudantes x 100 Nº população entre 7 e 22 anos. | % | 2015 | 100% | |

| | Objetivo | Abrangência | Forma de Apuração | UN | | Meta |
|---|---|-------------|--|----|-------|--------------|
| Indicador | Objetivo | Abrangencia | Forma de Apdração | ON | Ano | Desejado |
| Percentual de docentes com curso superior | Avaliar a evolução do quadro de profissionais da educação municipal com nível superior | Município | Somatório de professores da rede escolar municipal com nível superior, multiplicado por 100 e dividido pelo nº total de professores da rede escolar municipal. Nº professores nível superior x 100 Nº total de professores | | 2015 | 100% |
| Taxa de morbidade por todas as causas ligadas a doenças | Avaliar a efetividade do atendimento de saúde municipal | Município | Número de óbitos por doença multiplicado por 100 e dividido pelo nº total de habitantes. Nº óbitos por doença x 100 Nº total habitantes | | Anual | - |
| Taxa de gravidez na adolescência | Avaliar a quantidade de adolescentes grávidas na faixa de 10 a 19 anos a fim de verificar a necessidade de intensificar os programas de prevenção | Município | Número de adolescentes grávidas multiplicado por 100 e dividido pelo nº total de adolescentes do sexo feminino. Nº adolescentes grávidas x 100 Nº total de adolescentes – sexo feminino | % | Anual | 0% |
| Taxa de Pobreza | Avaliar a variação do número de famílias residentes com renda per capita menor que ½ salário mínimo. | Município | Nº de famílias residentes com renda per capita menor que ½ salário mínimo (F RM ½ SM) multiplicado por 100 e dividido pelo nº total de famílias residentes no Município (F total). Nº (F RM ½ SM) x 100 Nº (F total) | | Anual | 0% |
| Taxa de População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO) | Avaliar a evolução da população em idade economicamente ativa (acima de 10 anos de idade) que esteja ocupada. | Município | Nº de PEAO (População Economicamente Ativa e Ocupada) multiplicado por 100 e dividido pelo PEA (População Economicamente Ativa) no Município. PEAO x 100 PEA | % | Anual | Acima de 90% |
| Apoio à participação de feiras, exposições, amostras | Desenvolver a diversificação de cultura e comercio | Município | Número de feiras ou exposições, mostras, feiras ou similares realizadas no município/ano | un | Anual | 2 |

3. ANÁLISE DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE RIO BOM DE - 2005 A 2015

(FINANCEIRO PRECISA DAR UM OK DIZENDO SE ESTA CONDIZENTE COM A REALIDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO) A Capacidade de investimento do município de Rio Bom foi estimada baseada no comportamento financeiro do município durante os cinco anos anteriores a 2010, e na previsão dos investimentos a serem realizados nos próximos cinco anos a partir de 2010.

O município de Rio Bom fará seus investimentos, conforme sua arrecadação, considerando que a longo prazo, haverá um aumento médio e real das receitas que, com as deduções das despesas, resultará em um montante para investimentos. Nessa análise, é necessário também considerar a existência de receitas com destinos específicos, que custearão as despesas vinculadas às mesmas.

Este Plano de Ação e Investimentos deve ser um orientador a gestão municipal para a execução de ações e projetos elaborados no município e para garantir sua execução, a gestão pública deverá recorrer a financiamentos públicos, recursos de ministério e realizar investimentos com recursos próprios.

Destaca-se, entretanto, que o Plano de Ação e Investimentos contém apenas previsões, dados de projeção, podendo sofrer alterações ao longo do tempo, e por isso devem ser monitorados periodicamente pelo poder público municipal.

3.1 COMPORTAMENTO DAS RECEITAS - 2005 A 2009:

3.1.1 Receitas próprias arrecadadas

Quadro1 – comportamento das receitas realizadas (2005 a 2009)

| 1) RECEITAS MUNICIPAIS REALIZADAS | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib + | | | | | |
| Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras) | R\$ 188.114,21 | R\$ 175.529,81 | R\$ 235.058,02 | R\$ 305.065,91 | R\$ 264.348,29 |
| 1.2) Transferências Correntes Arrecadadas | | | | | |
| (Tranf. Legais e Constitucionais) | | | | | |
| | R\$ 3.927.350,61 | R\$ 4.937.789,14 | R\$ 5.750.833,48 | R\$ 6.989.829,78 | R\$ 6.885.950,65 |
| 1.3) Receitas de Capital (somente operações | | | | | |
| de créditos contratadas) | | | | | |
| | R\$ 125.600,83 | R\$ 33.255,52 | R\$ 1.606,58 | R\$ 390.527,50 | R\$ 63.838,05 |
| 1.4) Transferências de Capital Arrecadadas | | | | | |
| (Tranf. de Convênios) | R\$ 27.531,61 | R\$ 259.621,20 | R\$ 513.453,00 | R\$ 309.392,95 | R\$ 29.248,05 |
| 1.5) Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4) | R\$ 4.268.597,26 | R\$ 5.406.195,67 | R\$ 6.500.951,08 | R\$ 7.994.816,14 | R\$ 7.243.385,04 |
| 2) DESPESA MUNICIPAIS REALIZADAS | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| 2.1) Despesa com Investimentos realizados | R\$ 117.527,00 | R\$ 607.169,26 | R\$ 656.714,79 | R\$ 1.210.489,89 | R\$ 265.480,49 |
| Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Bom | R\$ 233.560,59 | R\$ 393.387,80 | R\$ 632.426,83 | R\$ 842.767,70 | R\$ 233.448,60 |

A análise das receitas próprias arrecadadas, tributária, econômica, industrial, serviços e outras receitas correntes, demonstraram um crescimento da receita entre os anos de 2005 e 2008 de 38,3% (trinta e oito inteiros e três décimos por cento). O maior crescimento observado entre este período foi entre os anos de 2006 e 2007 - 25,3% (vinte e cinco e três décimos por cento). No período entre 2008 e 2009, entretanto,

observa-se uma queda na receita de 15,4% (quinze inteiros e quatro décimos por cento).

As receitas próprias arrecadadas de todos os anos tiveram a maior parte deste valor referente às receitas tributárias e de serviços. No ano de 2005 o valor da receita tributária representou 58,7% (cinqüenta e oito inteiros e sete décimos por cento) do total da receita, enquanto a de serviços representou 30,0% (trinta inteiros por cento) deste total.

No ano de 2006 a contribuição da receita tributária para a receita total aumenta ainda mais, chegando a 66,7% (sessenta e seis inteiros e sete décimos por cento) e a de serviços, diminui um pouco, passando para 18% (dezoito inteiros por cento) em relação a receita total.

No ano de 2007 o valor de receita tributárias continua crescendo, alcançando 79,1% (setenta e nove inteiros e um décimos por cento), e a receita de serviços continua caindo, atingindo 10,6% (dez inteiros e seis décimos por cento) em relação à receita total.

No ano de 2008 as receitas próprias alcançam o maior valor no período analisado, e as grandes responsáveis por este valor, são novamente, as receitas tributárias, contribuindo com 70,8% (setenta inteiros e oito décimos por cento) da arrecadação, sofrendo uma leve queda em relação ao ano anterior. Quanto às receitas de serviços, estas continuam a ser a segunda maior contribuição para as receitas totais, e volta a subir de forma pouco acentuada neste ano, passando a representar 13,5% (treze inteiros e cinco décimos por cento) do total.

No ano de 2009, por fim, observa-se uma queda considerável nas receitas próprias arrecadadas. Cai o valor do setor tributário, que contribui no período de forma mais significativa para a composição da receita própria total. Apesar desta receita contribuir com 71,1% (setenta e um inteiros e um décimos por cento) do total, esta sofreu uma queda de 6,6% em relação ao ano anterior. As receitas de serviços neste ano apresentaram um leve aumento, de 18,5% (dezoito inteiros e cinco décimos por cento) em relação ao ano anterior, respondendo por 19% da receita própria arrecadada neste ano.

3.1.2Transferências Correntes Arrecadadas

As transferências correntes (transferências constitucionais e legais) arrecadadas sofreram um aumento de aproximadamente 43,81% entre os anos de 2005 e 2008, sendo o maior crescimento do período entre os anos de 2005 e 2006 (20,46%)

Observa-se ainda que estas transferências tiveram um crescimento anual próximo entre o período: de 20,46% entre 2005 e 2006, 14,14% entre 2006 e 2007 e 17,75% entre 2007 e 2008, sofrendo queda apenas entre 2008 e 2009, de 1,51%. E destaca-se

que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi a transferência corrente que agregou maior valor para que houvesse a evolução financeira apresentada no período analisado.

3.1.3 Receita de Capital (somente operações de créditos contratadas)

O município de Rio Bom contratou operações de crédito em todos os anos analisados (2005 a 2009), sendo as mais elevadas as de 2005 - cerca de R\$ 125.600,00, e as de 2008 - cerca de R\$ 390.500,00. As operações de crédito contratadas nos anos de 2006 e 2009 foram mais baixas: cerca de R\$ 33.250,00 e R\$ 63.800,00 respectivamente. A operação mais baixa realizada foi a do ano de 2007 – cerca de R\$ 1.600,00.

3.1.4 Transferências de Capital Arrecadadas (Transferência de Convênios)

As transferências de convênios, importantes na composição de recursos destinados a investimentos pelo município, depende de uma situação orçamentária e política, e sua variação está ligado as articulações e momento político em que se encontrava o município, o Estado e a Nação.

No período analisado Rio Bom obteve crescimento nas transferências de convênios entre os anos de 2005 e 2007 de 94,64%, sendo o crescimento mais expressivo o observado entre 2005 e 2006 (89,40%) subindo de R\$ 27.531,61 para R\$ 259.621,20. A partir de 2007, entretanto, ela passa cair, sofrendo queda de 94,30% entre 2007 e 2009.

3.1.5 Arrecadação Total

No período analisado Rio Bom obteve um crescimento na arrecadação total de receitas, subindo de cerca de R\$ 4.268.00,00 em 2005 para cerca de R\$ 7.243.390,00 em 2009 crescimento este de pouco mais de 41,00%.

Diante da análise final da arrecadação total realizada pelo município de Rio Bom no período de 2005 a 2009, pode-se concluir que a evolução da arrecadação total foi importante para os investimentos realizados. Torna-se benéfico para o município, manter-se nessa média de evolução, para que ao longo dos próximos anos (2011-2015), a média de investimentos acompanhe o crescimento da arrecadação total.

3.2 COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2005 a 2009):

3.2.1 Despesa com investimentos realizados

Os valores das despesas com investimentos realizados apresentaram queda entre os anos de 2005 e 2007, caindo de R\$ 532.201 reais para R\$ 263.026 reais. O menor valor de despesas observado foi no ano de 2007, devido ao baixo investimento em materiais permanentes. Já no ano de 2008 houve um aumento de 48,65% em relação a 2007, seguido de uma queda de 13,05% no ano seguinte. O aumento observado entre os anos de 2007 e 2008 foi decorrente, sobretudo, dos investimentos em obras e instalações e materiais permanentes, que representaram juntos 88,45% dos investimentos totais.

Para que se mantenha a continuidade dos investimentos, o município deverá manter constante a porcentagem de parte das receitas destinada para este fim. A manutenção desta porcentagem para investimentos é essencial para o cálculo da capacidade de investimento e ao planejamento das ações que se realizarão nos próximos anos – 2011 a 2015.

3.3 COMPORTAMENTO DAS RECEITAS - 2011 A 2015:

As previsões aqui estimadas são para os anos de 2011 a 2015, iniciando os investimentos futuros em 2011, pois devido ao ano de 2010 já ter se iniciado, o planejamento de investimentos neste ano seria inviável, por isso optou-se por concluir os investimentos em 2015, um ano a mais do que o previsto neste produto. Portanto, o ano de 2010 foi considerado na previsão, entretanto, optou-se por desconsiderá-lo na planilha de investimentos, uma vez em que os dados consolidados do ano em questão só serão obtidos no final do ano.

3.3.1 Receitas Próprias a Arrecadar

Na análise financeira realizada, trabalhou-se com estimativas de crescimento em percentuais baseadas no histórico de crescimento das receitas próprias no período anterior (2005 a 2009).

A média do crescimento das receitas próprias arrecadadas entre os anos de 2005 e 2008 foi de 12,77% ao ano. Houve queda nesta receita apenas entre os anos de 2008 e 2009, de 13,35%. Desta forma, optou-se por considerar um valor um pouco abaixo da

média observada nos anos de crescimento (2005 a 2008) para fazer uma projeção de crescimento para os próximos anos, valor este de 10,00% ao ano.

Como a previsão fornecida pela Prefeitura Municipal para o ano de 2010 é consideravelmente maior que a dos anos anteriores, optou-se por considerar os dados das previsões para os anos de 2011 a 2015 a partir dos valores do ano de 2008. Desta forma, estima-se que esta receita passe de cerca de R\$ 305.000,00 em 2008 para aproximadamente R\$ 540.400,00 em 2015.

3.3.2 Transferências Correntes a Arrecadar

As transferências correntes arrecadadas entre os anos de 2005 e 2008 cresceram em média 14,60% ao ano, e sofreram uma leve queda entre os anos de 2008 e 2009, de 1,49%. Desta forma, optou-se por considerar um valor um pouco abaixo dos menores valores de crescimento observados entre os anos de 2005 e 2008 para fazer uma projeção de crescimento para os próximos anos, de 10,00% (dez por cento) ao ano.

Como a previsão fornecida pela Prefeitura Municipal para o ano de 2010 é consideravelmente maior que a dos anos anteriores, optou-se por considerar realizar os dados das previsões para os anos de 2011 a 2015 a partir dos valores do ano de 2009.

Desta forma, diante da evolução da arrecadação do município, e aplicando-se a taxa de crescimento de 10,00% (dez por cento), ao final do exercício de 2015, estima-se que esta receita passe de cerca de R\$ 8.457.694,30 em 2009 para aproximadamente R\$ 12.382.910,22) em 2015.

Destaca-se, entretanto, o Fundo de Participação dos Municípios, grande contribuinte nas transferências correntes, incrementando as receitas públicas municipais de forma muito significativa. Depende do Governo Federal, portanto, e não apenas da administração pública local a evolução das transferências correntes para o município.

3.3.3 Receitas de Capital a Arrecadar

Estimou-se através da consideração do comportamento de valores da receita corrente líquida do município nos cinco anos anteriores a 2011, contratações de operações de crédito até 2015. O município de Rio Bom, obedecendo aos limites legais de contratação de pleito, obterá com a evolução das receitas correntes e de capital, capacidades de pagamento e endividamento que resultarão na contratação de operações de créditos no total de R\$ 2.450.000,00 ao longo do período em análise, sendo

respectivamente divido em cinco pleitos: R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinqüenta mil reais) em 2011, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em 2012 e 2013, e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em 2014 e 2015.

Todos os recursos provenientes de operações de créditos serão utilizados na realização de investimentos necessários e propostos neste Plano.

3.3.4 Transferências Correntes e de Capital a Arrecadar

As transferências correntes e de capital a arrecadar dependerem dos acordos firmados entre a Administração pública local (Poder Executivo Municipal), Estado e União, portanto não há prazo ou valores estimados para a liberação desses recursos. Desta forma, os valores estimados para os próximos anos (2011 a 2015), são valores baseados nos valores previstos para as Transferências Legais e Constitucionais dos anos correspondentes.

3.3.5 Arrecadação Total Prevista

A análise geral da arrecadação total para investimentos do município de Rio Bom, aponta para a uma evolução constante da receita, proporcionando que o município possa investir ainda mais ao longo dos próximos cinco anos (2011-2015).

No quadro abaixo são apresentados os indicadores econômicos para que se possibilite os investimentos das prioridades do Plano de Ação e Investimentos Municipal. Quadro2 – comportamento das receitas (2011 a 2015).

| 4) RECEITAS MUNICIPAIS À REALIZAR | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 4.1) Receitas Próprias à Arrecadar (Trib. Econ. Agro. Ind. Serv. e Outras) | R\$ 471.028,75 | R\$ 369.000,00 | R\$ 406.000,00 | R\$ 446.000,00 | R\$ 491.000,00 | R\$ 540.000,00 |
| 4.2) Transferências Correntes à Arrecadar (Tranferências Legais e Constitucionais) | | | | | | |
| | R\$ 8.100.410,00 | R\$ 8.460.000,00 | R\$ 9.300.000,00 | R\$ 10.230.000,00 | R\$ 11.260.000,00 | R\$ 12.380.000,00 |
| Receitas de Capital à Arrecadar (somente operações de créditos a serem contratadas) | | | | | | |
| , | R\$ 943.500,00 | R\$ 850.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 300.000,00 |
| 4.4) Transferências de Capital à Arrecadar (Tranf. de Convênios) | R\$ 963.695,00 | R\$ 296.000,00 | R\$ 279.000,00 | R\$ 307.000,00 | R\$ 340.000,00 | R\$ 370.000,00 |
| 4.5) Previsão de Arrecadação Total (4.1 + | | | | | | |
| 4.2 + 4.3 + 4.4) | R\$ 9.514.938,75 | R\$ 9.679.000,00 | R\$ 10.206.000,00 | R\$ 11.176.000,00 | R\$ 12.051.000,00 | R\$ 13.220.000,00 |
| 5) DESPESAS MUNICIPAIS À REALIZAR COMO: | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 5.1) Despesa com Investimentos à realizar | R\$ 2.073.913,49 | R\$ 1.318.890,00 | R\$ 969.060,00 | R\$ 1.016.060,00 | R\$ 870.110,00 | R\$ 923.000,00 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Bom

3.4 COMPORTAMENTO DAS DESPESAS (2011 a 2015):

O município de Rio Bom dispõe de receita financeira na qual, dentro dos limites constitucionais, efetiva o pagamento dos encargos e das amortizações do período atual de contratações já realizadas onde. Destaca-se que diante das liberações a ocorrer no período de 2011 a 2015, haverá aumentos de encargos e amortizações, mas estes também serão atendidas pelo aumento previsto de receitas.

4. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Diante da previsão de arrecadação realizada, faz-se a previsão de despesas com investimentos para o período de 2011 a 2015. Os recursos considerados para a composição da capacidade de investimento foram: as **Receitas de Capital a Arrecadar** (somente as operações de créditos contratadas), as **Transferências de Capital a Arrecadar** (Transferências de Convênios) e uma porcentagem das **Receitas Próprias a Arrecadar**.

Desta forma, chega-se a uma capacidade de investimento de 4.717.600, onde as **Receitas de Capital a Arrecadar** respondem por R\$ 2.450.000,00, as **Transferências de Capital a Arrecadar** respondem por R\$ 1.592.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil reais) e a porcentagem das **Receitas Próprias a Arrecadar** respondem por R\$ R\$ 675.600,00 (seiscentos e vinte mil reais) deste valor.

Destaca-se que as projeções para as Receitas de Capital a Arrecadar (operações de crédito a serem contratadas) obedecem a atual resolução do Senado Federal (Art. 7º Inciso I e II da Resolução SF nº 43/01), que estabelece limites de 16% (dezesseis por cento) sobre a receita corrente líquida municipal para captação de recursos financiáveis em um exercício financeiro, ao mesmo tempo em que limita o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada - inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar - a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida municipal.

Em razão de obedecer condições de limites impostos por uma resolução atual, deve-se tomar atenção quanto a possibilidade futura destas condições de operação de crédito serem alteradas, restringindo ou não novas capacidades de endividamento. Por isso a importância da monitoração e a realização de novas avaliações durante a implantação e condução do Plano Diretor Municipal.

CONSULTORIA CONTRATADA INSTITUTO CASAMUNDO ARQUITETURA E URBANISMO

Coordenadora Geral

Christiane de Paula Guimarães – Arquiteta e Urbanista – CREA PR-89571/D

Equipe Consultora

Gabriela Maróstica Navarro – Arquiteta e Urbanista – CREA PR 89572/D

Laisa Stroher – Arquiteta e Urbanista – CREA PR 101614/D

Sidnei Silvério – Economista

Gisele Carozza de Souza Risso - Advogada - OAB/PR 41.043

Rômulo Zacharias – Engenheiro Civil – CREA PR 85510/D

EQUIPETÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação Geral Virgílio Primon

Representantes da Saúde: Cleverson Lemes Ribeiro / Lucia Parra Vieira

Representantes da Educação: José Carlos Freire / Fred Keller Oliveira Verolla

Representante da Vigilância Sanitária: Carlos Souto

Representante da Esporte, Cultura e Lazer: Edson Galatti

Representantes da Assistência Social: Eurídes Augusta de Oliveira Bueno / Shirlei Ap. Bonfá

Representantes da Agricultura e Meio Ambiente: Antonio Jose Fernandes / Marcos M. Higutti

Representantes da Câmara dos Vereadores: Evaristo Eduardo da Silva

Representante das Finanças: João Batista Pereira / Cristina Vogt Verola

Representante da Secretaria de Obras: José Reinaldo da Silva / Sergio Henrique Ribas /

Sergio de Oliveira

COMISSÃO/ CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO

Representante do Distrito Santo Antônio do palmital: Franciele Mendes

representantes dos Conjuntos Habitacionais: Alexandre José Maia/Pascoalino de Almeida Rosa

Representante das Comunidades Rurais: Luiz Vandorici/João Miguel Benedito

Representante do Conselho de Segurança: Gilberto Rodrigues dos Santos

Rpresentante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Olívio Nunes de Andrade

Representantes do Comércio: Júlio Sene/Geraldo Aparecido pereira

Representantes da Indústria: Bernardo Melchert/Ailton de Almeida

Representantes da Igreja: Maria de Lourdes Oliveira Verola

Representantes das Entidades Assistênciais: Rosa Maria Bonfá Andrade/ Luciyane Sorce

Belenke

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Maristela Muller

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL